

A DIFUSÃO DE IDEOLOGIAS QUE ALICERÇAM A EXCLUSÃO SOCIAL NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO

THE DIFFUSION OF IDEOLOGIES THAT FOUND SOCIAL EXCLUSION IN TEACHING INSTITUTIONS

Túlio Mello Teixeira

RESUMO: O objetivo do artigo é discutir a difusão de ideologias que alimentam uma apologia ao crime organizado e alicerçam a exclusão através dos meios sociais acadêmicos. Questionamos a eficiência das atuais políticas públicas educacionais nacionais referente à adequação especializada curricular das ciências sociais, à elaboração de projetos socioeducativos voltados a ampliação cidadã, ao desenvolvimento do mundo do trabalho juvenil, ao combate da violência simbólica e à conscientização sobre os reflexos políticos, culturais e econômicos da globalização. Empregamos uma investigação sobre a estrutura hierárquica empreendida por uma gestão escolar capaz de promover o tecnicismo em detrimento da busca pela verdade, pelo conhecimento pelo estímulo do raciocínio crítico e livre de especulações. Portanto, salientamos a má formação dos pilares sociais nos ambientes escolares devido a apologia ao crime organizado estabelecida pela indisciplina e descaso da própria direção institucional.

Palavras-chave: Gestão escolar, Currículo de Humanas, Políticas públicas educacionais e crime organizado.

ABSTRACT: The purpose of the article is to discuss the spread of ideologies that fuel an apology for organized crime and underpin exclusion through academic social media. We question the efficiency of current national educational public policies regarding the specialized adaptation of the social sciences curriculum, the elaboration of socio-educational projects aimed at citizen expansion, the development of the world of youth work, the fight against symbolic violence and the awareness of political and cultural reflexes and economic aspects of globalization. We employ an investigation into the hierarchical structure undertaken by school management capable of promoting technicality at the expense of the search for truth, for knowledge by stimulating critical reasoning and free from speculation. Therefore, we emphasize the poor formation of social pillars in school environments due to the apology for organized crime established by indiscipline and neglect of the institutional direction itself.

Keywords: School management, Humanities Curriculum, Educational public policies and organized crime.

1. INTRODUÇÃO

Neste artigo entendemos os efeitos socioculturais provocados pela violência simbólica difundida nos ambientes escolares em decorrência das ações e práticas irregulares de grupos juvenis indisciplinados, da elaboração falaciosa do currículo das disciplinas sociais e do não comprometimento com os objetivos coletivos pautados por princípios éticos. Os adolescentes são gravemente afetados pela influência de facções, milícias e traficantes os conduzindo ao ódio contra a sociedade, a negligência para com os movimentos sociais e para com o exercício da cidadania.

A pesquisa investigou o tema a difusão de ideologias que alicerçam a exclusão social nas instituições de ensino. Sobre o qual problematizamos o motivo pelo qual a postura da direção escolar não se prontifica a tomar medidas efetivas contra as ações de grupos juvenis discentes que defendem ou fazem apologia as milícias, as facções e ao narcotráfico no interior das instituições de ensino? Uma vez que é comum no ambiente de trabalho acadêmico as pichações territoriais de quadrilhas, bem como nos espaços públicos da escola é frequente a apologia ao tráfico e imoralidades relacionadas ao defenderem facções e milícias que atuam em determinadas localidades periféricas ao redor da instituição educacional. Nos questionamos o por quê da violência simbólica ser naturalizada no atual sistema de ensino por meio da propagação de slogans, símbolos e princípios de organizações que não pretendem alcançar o bem da sociedade e visam apenas a taxa de lucratividade como qualquer outra empresa capitalista?

Verificamos os efeitos determinísticos que as apologias do crime organizado provocam nos meios acadêmicos gerando na personalidade sociocultural juvenil uma irresponsabilidade para com os pilares sociais e indo além salientamos os riscos iminentes a toda uma geração que cada dia mais está apegada a programas gerados pela mídia em geral que contribuem para a formação de um sonho de consumo de uma vida fácil, luxuriosa e insegura. E nesse sentido edificando cada vez mais uma devastação dos recursos humanos pondo fim ao sistema agregador da escola e do mundo do trabalho uma vez que o jovem não encontra espaços diversificados para ampliar a própria personalidade e assim ele dá fluência a rede composta pelos setores empresariais de quadrilhas, do marketing, da moda e dos subterfúgios do consumo que controlam parcialmente o território do entorno e do interior das escolas inibindo a ampliação de uma noção de cidadania.

A importância do tema se deve exatamente à proposta de examinar a política pública educacional relacionada ao combate da marginalização, em avaliar se os parâmetros nacionais curriculares estão em consonância com a manutenção dos pilares da sociedade ou se remediaram a situação buscando desativar programas que não foram eficazes no passado. Portanto, a relevância desta pesquisa decorre de situarmos o desrespeito ao currículo de humanas devido à má gestão escolar, a dissonância entre as leis vigentes da legislação educacional nacional e o projeto político pedagógico das instituições de ensino.

Para atingirmos um desenvolvimento humano nos espaços escolares que leve em consideração a preservação dos sistemas agregadores de valores éticos e de boa formação da personalidade humana devemos contar com uma gestão equilibrada que promova a conservação dos recursos sociais levando em conta a vivência das comunidades locais e o cumprimento dos estatutos morais vigentes em nossa legislação. Para tal é necessário enfrentar as barreiras impostas pela burocracia que se impõe hierarquicamente através de mecanismos de controle e restrições mercadológicas voltadas a busca da taxa de lucratividade que beneficiam a apologia e o sonho de consumo produzido pelo marketing empresarial do crime organizado.

Referente ao que foi feito de fato até o momento analisamos a iniciativa do PROEIS que era um programa de ronda policial no interior das escolas públicas estaduais do Rio de Janeiro e desde sempre afirmamos que não consideramos uma abordagem militar a menores inimputáveis algo pedagogicamente sensato porque sabemos que a repressão a partir do controle autoritário é falha para solucionar os casos que se difundem por meio da violência simbólica e indo além afirmamos que em muitos casos a ronda apresenta riscos físicos à segurança dos alunos.

Salientamos os efeitos determinísticos referente a formação humana nos meios acadêmicos das instituições educacionais em decorrência da determinação da personalidade juvenil por meio de instrumentos de origem ideológica alavancados por propagação de mecanismos de controle cujo propósito é difundir o domínio territorial de organizações ilícitas que visam controlar a mentalidade das comunidades de uma localidade.

Recentemente o governo federal aprovou no Brasil a lei 13.935 de 2019 pretendendo fornecer um profissional formado em psicologia para auxiliar o projeto político pedagógico da educação básica nas instituições de ensino, ou seja, alguém da área de saúde mental para fazer mediações interpessoais, sanar os problemas pessoais e despertar a autocompreensão. Nesse aspecto reforçamos o que defendemos nesse artigo que o foco dos gestores escolares mudou indo no sentido da prevenção contra os efeitos determinantes sobre a personalidade juvenil. Nosso objetivo identificou que os mecanismos estruturadores da violência simbólica são advindos da propagação de ideologias que fazem apologia ao crime organizado nas instituições acadêmicas da educação básica. Verificando a importância e adequação das políticas públicas educacionais realizadas pelo governo na gestão educacional do ensino

referente ao combate das práticas criminosas empregadas pelo narcotráfico e organizações antissociais, mas sem desprezar iniciativas que busquem o desenvolvimento da cidadania no meio escolar e do entorno das instituições de ensino levando em consideração a importância de preservar o patrimônio público composto pelas práticas de realização de objetivos comunitários pautados por princípios e valores éticos.

Especificamente estudarmos a alienação por parte do público discente relativo à implementação de movimentos sociais juvenis nos espaços escolares uma vez que ao falarmos da construção de uma ideologia excludente afirmamos um grau de comprometimento com milícias, facções e tráfico que entendemos como grupos antissociais que realizam ações desencontradas de qualquer bem comum.

A aplicação original desse estudo concluíra as razões da efetivação de grupos urbanos se opondo ao poder estatal. As relações de poder que alicerçam disputas, segregam os espaços coletivos escolares e mantêm a condição de pobreza e criminalidade de uma grande maioria de jovens, mesmo após a implementação de políticas sociais de combate a criminalidade e marginalização, por meio de medidas socioeducativas, visando a reinserção social através de ações afirmativas.

2. A VIOLÊNCIA SIMBÓLICA ESTRUTURADA PELAS RELAÇÕES SOCIAIS ACADÊMICAS

O sociólogo Pierre Bourdieu (2007) diz que existe uma violência simbólica que naturaliza as ideologias que apaziguam diferenças e oprimem minorias. Por exemplo, afirmam que por as mulheres serem fisicamente mais fracas devem aceitar a dominação masculina. Portanto, a ideologia ou conhecimento superficial dos fatos leva a naturalização da história e ao pleno controle do pensamento subjetivo por meio da força.

A exclusão social é uma ferramenta de determinação dos indivíduos para que se submetam as relações de poder estruturadas em oposição à organização coletiva. O indivíduo excluído é aquele que não teve a oportunidade de voluntariamente decidir qual o rumo a seguir e não dispôs de tempo para construir atividades pessoais em consonância aos currículos das instituições socioeducacionais vigentes. Este indivíduo está determinado pelo comportamento desviante a agir e reagir de acordo com a ideologia de grupos bélicos organizados.

O materialismo histórico marxista não basta como explicação para o problema da formação de grupos urbanos opostos ao Estado. Conseqüentemente não existe uma revolução embasada pelas diferenças de classes. Os mecanismos de controle estabelecidos verticalmente pelo Estado estão respaldados pelo emprego da força contra os inimigos comuns o que nos leva a refletirmos sobre a segurança da ordem pública e a legitimidade do governo.

Empregamos uma abordagem qualitativa do problema com a qual realizamos uma pesquisa bibliográfica buscando na legislação educacional, livros, artigos, dissertações e teses publicadas nos aprofundarmos mais sobre o tema escolhido visando alcançar um conhecimento científico sofisticado, imune de especulações e isento de juízos valorativos sobre o objeto pesquisado.

Direcionamos esforços no sentido de entendermos a dinâmica socioeducativa estruturada pelas políticas educacionais vigentes no tocante a prevenção e combate da marginalização nos espaços coletivos das academias. Uma vez que é menos dispendioso aos cofres públicos inibir o comportamento desviante do que ressocializar os infratores juvenis ou mesmo implementar programas de inclusão ao mercado de trabalho de pessoas que apresentam problemas sociais como: vícios em entorpecentes, criminalidade, prostituição, envolvimento direto com tráfico e organizações ilícitas entre outros aspectos ligados ao atual cenário da realidade urbana brasileira.

A autora Goldemberg (2001) afirma que a área de ciências sociais é constantemente influenciada por ideologias que acarretam em pesquisas de baixa qualidade social, histórica e cultural levando-as a mera politização do assunto ou ao pragmatismo. Concordamos com a autora uma vez que criticamos a forma como muitos estudos antropológicos e pesquisas sociológicas recebem uma orientação comprometida com crenças. Alertamos para os riscos que o trabalho de campo oferece quando ele se propõe a criar representações desqualificadas etnologicamente da ontologia e que decorrem de uma vã filosofia.

Entendemos que ao nos referirmos as relações sociais alicerçadas por discentes em ambientes públicos desconsideramos a abordagem estruturalista por acreditarmos que ela não nos leva à gênese do processo por tratar de aspectos hierárquicos voltados apenas aos aparelhos repressores tradicionais. Salientamos que as leis são originárias dos valores e costumes populares e não servem simplesmente para estabelecerem parâmetros que

direcionam os comportamentos e atitudes dos sujeitos. Nesse sentido, os estatutos devem por fim aos conflitos sociais e não meramente servir como aparelhos ideológicos especializados.

Pedro Demo (1995) diz que a pesquisa teórica é essencial para a compreensão do real porque foge ao senso comum que é superficial e especulativo. No nosso artigo desconstruímos a ordem hierárquica alicerçada e estruturada por grupos criminosos organizados em facções, milícias e tráfico de entorpecentes e focamos na importância de preservarmos os espaços sociais das instituições de ensino desvelando ideologias mascaradas e provenientes do pensamento tecnicista que está oposto ao conhecimento.

Nosso trabalho se trata de uma abordagem qualitativa que se volta a compreender as relações sociais referentes à organização do mundo do trabalho e as consequências nefastas dos empreendimentos clandestinos nos dias atuais que geram ilusões na mentalidade juvenil formando um pensamento social que aprofunda a exclusão acarretando ônus aos cofres públicos devido a má gestão escolar dos casos de indisciplina e alienação curricular

3. AS CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS PELOS CURRÍCULOS ACADÊMICOS

A lei 11.684 de 2008 incluiu as grades curriculares das disciplinas de sociologia e filosofia no ensino médio propondo uma modificação no artigo 36 da lei 9.394 de 1996 que define as diretrizes e bases da educação nacional. Porém, a promulgação da lei 13.415 de 2017 gerou reformas curriculares nas grades de ciências humanas e especificamente nas disciplinas citadas anteriormente com as reformulações dos artigos 24, 26, 35 e 36 da L.D.B., ou seja, notamos que tais medidas tiraram o foco da formação cidadã com participação democrática preparando os jovens para serem membros ativos nas tomadas de decisões para uma preparação profissional visando à concretização de um projeto de vida como acordado recentemente com as alterações finais na legislação educacional nacional.

Entendemos que os estudantes não são máquinas que devem reproduzir fórmulas, internalizar regras comportamentais e laborativas. Pelo contrário eles têm que buscar refletir e pensar o mundo profissional e se tornarem pessoas autônomas capazes de enfrentarem as adversidades da vida. Sabemos que a filosofia e sociologia debatem questões existenciais e igualmente problematizam diferentes aspectos do cotidiano. Quando os estudantes começam a perceber lá pelos 14 anos de idade já na adolescência que estão sujeitos as relações comunitárias eles se deparam com uma série de ideias do mundo.

Na proposta inicial feita com a lei 11.684 de 2008 para a área de humanas pudemos perceber que era oferecido arcabouço teórico capaz de levar os alunos a iniciativas pessoais ampliando as próprias ideias e decisões. Por outro lado afirmamos que as alterações na lei de diretrizes e bases da educação nacional realizada pela lei 13.415 de 2017 transformaram em ciências aplicadas as disciplinas de sociologia e filosofia com discussões curriculares direcionadas a um projeto de vida estabelecido com equilíbrio socioemocional.

Afirmamos que a grade curricular estabelecida para as ciências humanas aplicadas busca transmitir sucintamente os conceitos de socialização, cultura, mundo do trabalho, relações sociais e discutir aspectos sobre a inserção juvenil na realidade urbana do Brasil destacando alguns pontos relacionados ao poder do Estado, violência, consumo e democracia por outro lado esses conteúdos são avaliados de modo quantitativo e em momento algum são de fato estabelecidos nos meios sociais das instituições de ensino como um projeto que de uma maneira viável se proponha a construir uma consciência coletiva que promova a inclusão. Quando muito são aplicadas, em algumas escolas particulares e públicas, através de diretrizes alicerçadas pelos parâmetros curriculares nacionais, em que se toca em questões mesmo que superficialmente, pertinentes a diversos problemas que afetam a juventude, mas desde já salientamos que em nenhum momento o P.C.N. busca solucionar a crise bélica existente nas cidades brasileiras nem fornece subsídios para que os docentes da rede pública estadual de ensino possam realizar pesquisas e propor soluções para melhorar os pontos pendentes da grade inclusive na própria comunidade em que vivem.

Verificamos que houve uma redução do ensino de filosofia e sociologia na educação básica desobrigando os discentes do terceiro ano do ensino médio do conteúdo obrigatório desses campos de conhecimento, ou seja, além da mudança estrutural do currículo existiu um afastamento da busca da verdade e da explicação dos aspectos cotidianos em que os estudantes se encontram, isto é, ocorreu um direcionamento para atividades pormenorizadas que não valorizam os aspectos cognitivos dos estudos sociais.

Michael Young (2014) diz que o currículo é essencial para a efetivação de um saber crítico entre os alunos livre de imposições, decorebas e fórmulas que se tem como obrigação saber deterministicamente. A manipulação estabelecida verticalmente por grades curriculares mal formuladas contribui imensamente para o diagnóstico proposto pelo nosso estudo de que no atual contexto da educação básica brasileira estamos arquitetando através de uma

pedagogia tradicionalista uma estrutura hierarquizada voltada para obtenção de disputas pela taxa de lucro sem levar em conta uma busca pelo conhecimento focado na crítica e reflexão epistemológica.

Alcançar soluções sensatas para as questões existenciais e igualmente para os problemas urbanos alicerçados pela exclusão significa nos dirigirmos para a construção do pensamento social e da consciência coletiva sem a interferência das teorias pedagógicas tecnicistas que implantam a ideologia liberal. Contudo, isso representa nos guiarmos por projetos bem delineados que permitam o entendimento do conteúdo de sociologia, filosofia bem como a elaboração de projetos que desconstruam a violência presente nas relações dos meios acadêmicos. Nenhuma disciplina é compreendida somente através de provas, cobrança de resultados e avaliações. Por isso alertamos para o fato de constantemente termos o estabelecimento de uma mentalidade desviante que está mais apta a marginalidade do que propriamente a compreender a realidade e o contexto histórico social.

A educação preocupa-se, antes de mais nada, em capacitar as pessoas a adquirir conhecimento que as leve para além da experiência pessoal, e que elas provavelmente não poderiam adquirir se não fossem à escola ou a universidade. Sugiro que o papel da teoria do currículo deva ser a análise desse conhecimento – a maior parte dele já existe nas escolas – e a proposta das melhores alternativas que possamos encontrar para as formas existentes. (YOUNG 2014, p. 196)

Como dito por Young (2014) o sistema educacional depende de bons especialistas disciplinares, ou seja, é essencial que a teoria curricular tenha sido elaborada por pessoas que não sejam leigas na área ou no campo epistemológico em discussão. O grave erro das falácias são induzirem ao erro isto é alguém aprendendo a tocar um instrumento sonoro, por exemplo um violão, com um professor que nunca tenha se quer feito uma nota da escala musical do referido instrumento. Como a aprendizagem seria possível? Qual despertar os alunos teriam e como ampliariam os conhecimentos deles?

Destacamos que as políticas públicas educacionais das ciências humanas aplicadas que estão em voga no presente foram em direção à dinâmica de uma ordem psicológica demonstrando que o que antes fizeram como uma meta social voltada à participação cidadã apresentou graves falhas, apesar de ser considerado no plano político, teórico e cultural uma revolução capaz de sustentar os pilares da sociedade, mas deixamos claro que este feito não ocorreu e por várias razões tiveram que apresentar o plano b como alternativa emergencial para o reparo dos danos.

Hall (2006) afirma que no contexto pós-moderno existe a formação de indivíduos híbridos que não se reconhecem pela própria identidade nacional porque estão sem perspectiva e inertes no atual mundo globalizado repleto de ideologias e voltado a cultura da imagem. A formação de consciência e a ruptura com as estruturas de dominação estão além da capacidade de discernimento dos indivíduos da modernidade tardia o que os torna marionetes nas mãos daqueles que os controlam sensorialmente.

Sabemos que a formação de uma identidade nacional envolve a diversidade e pluralidade porque é exatamente a noção de flexibilidade que permite a reorganização, incorporação de novas culturas por meio do contato com o outro que é diferente. As sociedades inflexíveis e homogêneas têm uma tendência a se desarticularem porque não são capazes de suportarem o convívio em meio à alteridade. Portanto, é na interação entre pessoas que têm pensamentos diferentes, experiências e vivências distintas que surge uma resistência cultural alicerçando as representações e símbolos de um povo.

A sociedade não é como os sociólogos pensaram muitas vezes, um todo unificado e bem delimitado, uma totalidade, produzindo-se através de mudanças evolucionárias a partir de si mesma, como o desenvolvimento de uma flor a partir de seu bulbo. Ela está constantemente sendo "descentrada" ou deslocada por forças fora de si mesma. (HALL, 2006, p. 17)

De acordo com Hall (2006) existe uma possibilidade de desconstrução social quando os indivíduos não possuem vontade e seguem sem nenhum raciocínio capaz de gerar uma resistência aos subterfúgios do sistema capitalista global. Salientamos mais uma vez os riscos de fragmentação causados pelas organizações criminosas que se impõem e dominam territórios. Partimos do ponto de que se temos um perigo iminente a nossa formação humana devemos analisar as bases e daí verificarmos os currículos e projetos destinados a implementação do mundo do trabalho estabelecido pela participação cidadã.

Com base no relatório oferecido pelo IPEA podemos concluir diversos pontos abertos sobre a situação acadêmica da população em idade escolar do nosso país. Indo além podemos dizer que as políticas de ação afirmativa como as cotas que traçaram estratégias de inclusão falharam como ferramenta de inibir os déficits de evasão escolar mantendo a verticalização da sociedade uma vez que a grande maioria do povo ainda apresenta apatia sobre o que acontece na política do país e demonstra dificuldades em ascender em termos de mobilidade social referente a posição social familiar. A seguir destacamos um trecho apresentado pelo IPEA sobre o perfil do jovem brasileiro que está suscetível à violência.

Homem jovem, solteiro, negro, com até sete anos de estudo e que esteja na rua nos meses mais quentes do ano entre 18h e 22h. Este é o perfil dos indivíduos com mais probabilidade de morte violenta intencional no Brasil. Os homicídios respondem por 59,1% dos óbitos de homens entre 15 a 19 anos no país (...) apenas em 2017, 35.783 jovens de 15 a 29 anos foram mortos, uma taxa de 69,9 homicídios para cada 100 mil jovens, recorde nos últimos 10 anos. A juventude perdida é considerada um problema de primeira importância para o desenvolvimento social do país. (IPEA, 2019)

Como dito acima quem mais está pagando pela falta de segurança no nosso país são pessoas jovens, negras e com poucos anos de estudo como concluímos anteriormente que as estratégias elencadas pelas ações afirmativas falharam quando nos referirmos as oportunidades de inclusão e permanência no ambiente escolar. Sendo assim afirmamos que está presente nos espaços acadêmicos uma ideologia que alimenta sonhos de uma vida fácil, luxuriosa e destinada a satisfações do consumo. Sabemos que é comum nos centros urbanos os assassinatos por causa de roubo de celulares e outros itens de uso pessoal como roupas e tênis de grifes famosas e isso é fruto da mentalidade alicerçada no imaginário social de que o que importa é o ganho, a taxa de lucratividade e o pior é que ninguém se preocupa com os pilares sociais. A vida humana está tão desprezada quanto estão banalizando o problema elencado pela violência escolar no nosso país.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A negligência é notória ao abdicarmos dos debates proporcionados pela sociologia da educação. Nesse estudo demonstramos que mesmo com todos os contratemplos que perturbam o processo civilizatório e a formação humana o atual modelo seguido pela gestão educacional é focado em estratégias direcionadas por uma pedagogia conservadora. O sistema de ensino adotado por grande parte dos educadores é montado para promover o aluno e mensurar seus anos de aprendizagem desprezando o cenário político brasileiro em que a violência é preservada por uma estrutura hierárquica arcaica comprometida com questões pertinentes a ideologia liberal que estruturam a violência simbólica nos espaços públicos de ensino.

Ao dizermos que há uma ideologia alicerçando a exclusão social nos remetemos ao fato de que a construção do pensamento social nos meios escolares é sempre coletiva e que isto decorre da interação entre os alunos que apresentam argumentos em prol ou contra os pilares sociais. Aos nos remetermos a esses sustentáculos sociais temos: a esfera religiosa, a esfera ética e a do conhecimento. Contudo, com a internalização das crenças superficiais dirigidas pela busca de bens materiais e uma vida sem limites temos um rompimento com todas as possibilidades de diálogo e a abertura para o fim da própria vida social.

O que difere o pensamento social de um líder do crime organizado da mentalidade de um líder de uma ONG, de um grêmio estudantil ou de uma associação local é que entre as lideranças comunitárias existe uma segurança dos princípios e valores coletivos e em meio aos facciosos, narcotraficantes e milicianos não temos uma preocupação com a realização do bem comum.

A ideologia da exclusão transforma os conteúdos de humanas, prioritariamente a sociologia e a filosofia em algo sem sentido, banal e que somente serve pra justificar a verticalização presente na sociedade brasileira. O que falta é uma compreensão dos mecanismos de dominação, porém, a grande maioria dos estudantes está apática e apegada ao poder determinante da vida sem limites como se a única perspectiva a qual tivessem e da qual partissem fosse a de que não existe mais nenhum caminho seguro para eles além do que se encontram imersos e subjugados nas áreas segregadas ou que são de controle de algum poder paralelo ao estado legítimo.

Pode parecer confuso e até mesmo soar com certa estranheza mais poucos reconheceriam o papel da instituição familiar como o centro das questões que recorrem à resolução do problema da violência no nosso país. Porque ao falarmos de uma comunidade escolar nós estamos abordando o projeto agregador de diversidade composto tanto pela sociabilização nos espaços públicos acadêmicos como também no seio familiar e na participação comunitária.

Contudo, a situação a qual os sistemas de ensino da educação básica que atualmente vigoram no Brasil estão mergulhados é num grande labirinto de ilusões em que grande parte dos especialistas não tiveram oportunidade de discutirem seus currículos e tão pouco implementar projetos que possam reverter os graves e perniciosos danos provocados pela exclusão de grande parte da população que frequenta ou está em idade escolar.

Os movimentos sociais são grupos de interesse que desenvolvem uma ação social destinada a conquistarem direitos fundamentais e políticas específicas para eles que antes do empenho deles em consegui-las eram renegadas pelo poder público estatal. Acreditamos que a violência política é agravada com o descaso das autoridades em relação à situação de pobreza, a qual se encontra grande parte dos estudantes que habita as áreas segregadas das cidades. Esta pesquisa é significativa para a implementação de políticas educacionais porque é destinada ao desenvolvimento da democracia plena, através da atuação dos grupos não

governamentais voltados à conquista de melhores condições de vida para eles no atual sistema de ensino e o reconhecimento dos direitos sociais com base na aquisição de conhecimentos sem desprezamos a reflexão e o pensamento crítico.

Nosso artigo contribui significativamente para o campo científico das políticas sociais educacionais e curriculares analisando a participação profissional especializada na gestão escolar e indo na direção da concretização do suporte pedagógico e didático para a formação de um pensamento social, isento de ideologias que alicerçam a exclusão, marginalidade e o comportamento desviante com estudos e ganhos cognitivos humanos. Entendemos que o conhecimento não é inteiramente e exclusivamente construído com o decoramento de fórmulas prontas e regras gramaticais. A finalidade de termos problematizado a atual situação das unidades de aprendizagem decorre do fato de que o atual sistema de ensino se encontra num perspectiva falaciosa que induz à ilusões ideológicas destinadas a apologias.

Avaliamos os investimentos públicos e a adequação destes recursos às prioridades demandadas pelos elementos sociais e concluímos que não existe uma harmonia entre o que se tem feito para amenizar as desigualdades sociais e o que foi aprovado buscando aprimorar o sistema educacional vigente. Essa contradição é mantida porque exatamente não foi construída com a participação social e na maioria das vezes sem nenhum suporte profissional especializado. O que reforça a noção de dominação voltada ao tecnicismo e um modelo de conscientização em que mecanismos de controle autoritários são a solução para frear a inexistência de compreensão histórica, social e cultural da realidade em que o jovens se encontram.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor. Educação e Emancipação. Trad. Wolfgang Leo Maar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ALTHUSSER, Louis. Aparelhos Ideológicos de Estado. 2ª edição. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

ASSIS, Francisco. História do Brasil. Ed. Moderna. São Paulo, 2006.

BOURDIEU, Pierre. A economia das trocas simbólicas. São Paulo: Perspectiva. 2007.

COTRIM, Gilberto. História do Brasil. Ed Saraiva, 2000.

- DA MATTA, Roberto. O Que Faz o Brasil, Brasil; Ed. Rocco. Rio de Janeiro, 1994.
- DEMO, Pedro. Metodologia Científica em Ciências Sociais. Ed. Atlas, São Paulo, 1995.
- GOLDENBERG, Mirian. A Arte de Pesquisar: como fazer uma pesquisa qualitativa em ciências sociais. Ed. Record, 2001.
- GRAMSCI, Antonio. La Alternativa Pedagógica. Selección de textos e introducción: Mario A. Manacorda. Barcelona: Editorial Nova Terra, 1976.
- HALL, Stuart. Silva, Thomaz (trad.), Louro, Guacira (trad.). A Identidade Cultural na Pós-modernidade. Ed. DP&A, Rio de Janeiro, 2006.
- HASEMBALG, Carlos. Discriminação e Desigualdades Raciais no Brasil. Ed. Graal. Rio de Janeiro, 1979.
- HERINGER, Rosana (org.); BENTO, Maria Aparecida; JUNIOR, Silva Hélio. Desigualdades Raciais no Mercado de Trabalho e Ação Afirmativa no Brasil. Ed. IERÊ-IFCS-UFRJ. Rio de Janeiro.
- IPEA. Atlas da Violência. Disponível: www.ipea.gov.br. Acessado em 04 de Junho de 2020.
- Lei 9.394 de 1996. L.D.B. . Disponível: <http://portal.mec.gov.br/>. Acessado em 10 de Junho de 2020.
- Lei 11.684 de 2008. Disponível: <http://www.planalto.gov.br/>. Acessado em 10 de Junho de 2020.
- Lei 13.935 de 2019. Disponível: <http://www.planalto.gov.br/>. Acessado em 10 de Junho de 2020.
- Lei 13.415 de 2017. Disponível: <http://www.planalto.gov.br/>. Acessado em 10 de Junho 2020.
- LUCKESI, Cipriano Carlos. Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições. São Paulo: Cortez, 1999.
- MARQUES, João Benedito da Azevedo, 1939. Marginalização: menor e criminalidade. São Paulo, McGrawHill do Brasil, 1976.
- Ninguém Tolera isso! Mas... eles não nascem infratores/ FIA; [pesquisa e textos, Carlos Alberto de Mattos Ferreira; colaboração especial, Siro Darlan de Oliveira; projeto gráfico e ilustrações, Gian Calvi e Andréa Fernandes] Petrópolis, RJ: Autores&Agentes&Associados, 1997.
- NOGUEIRA, Oracy. Preconceito de Marca: As Relações em Itapetinga. Ed. EDUSP. São Paulo, 1998.

PERALVA, Angelina. Violência e Democracia: o paradoxo brasileiro. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

SANTOS, Joel. Raça, Ciência e Sociedade: O Negro como Lugar. Ed Fio-Cruz-CCBB, págs 219-223. Rio de Janeiro, 1996.

YOUNG, Michael. BECK, Leda (trad.). Teoria do Currículo: O que é e Por que é Importante. USP: Cadernos de Pesquisa v.44 n.151 p. 190-202.